
O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E A RUPTURA COM CONSERVADORISMO NA PROFISSÃO

SOCIAL SERVICE IN CONTEMPORANEITY AND RUPTURE WITH CONSERVATIVES IN THE PROFESSION

*Carlos Sant'anna*⁸

RESUMO: O presente artigo, de ordem bibliográfica, tem como finalidade analisar a gênese do Serviço Social no Brasil na década de 1930, perpassando por fatos históricos. Enfatiza-se neste trabalho a construção do movimento de reconceituação do Serviço Social, culminando na erosão do Serviço Social tradicional. O movimento de reconceituação foi de suma relevância quanto ao rompimento com o conservadorismo na profissão, solidificando com o código de ética de 1986 e posteriormente no código de ética de 1933, sendo este último fundamental para a ruptura com o *ethos* conservador no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social, movimento de ruptura, Reconceituação.

ABSTRACT: The purpose of this article, of bibliographical order, is to analyze the genesis of Social Service in Brazil in the 1930s, through historical facts. This work emphasizes the construction of the reconceptualization movement of Social Service, culminating in the erosion of traditional Social Service. The reconceptualization movement was extremely important in terms of the break with conservatism in the profession, solidifying with the code of ethics of 1986 and later in the code of ethics of 1933, the latter being fundamental to the rupture with the conservative ethos in Social Service.

KEY-WORDS: rupture movement, Social Worker, Reconceptualization

⁸ Docente do curso de Serviço Social na Universidade Paulista (RO) – UNIP – Brasil. Pós-graduando em Gestão em Políticas Públicas e Serviços Sociais - FIMCA. Coordenador de Projetos Socioambientais na empresa E.C.P. – Soluções em Serviços Gerais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva realizar análise do Serviço Social na contemporaneidade, resgatando desde a formação do Serviço Social no Brasil na década de 1930 e com enfoque maior na contemporaneidade.

Historicamente o Serviço Social está em constante mutação, O Serviço Social atrelado à Igreja Católica na década de 30 até os dias atuais sofreu diversas mudanças. Sua principal mudança foi na década de 1980 com a ruptura com o conservadorismo e a instalação do projeto ético-político, primordial para a profissão.

Entre outros enfoques nesse projeto será o conservadorismo atual na profissão, o código de ética do assistente social, lei de regulamentação da profissão entre outros assuntos oportunos a formação profissional do assistente social.

O surgimento do Serviço Social como profissão ocorre na era Vargas sendo resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante vigente.

O Serviço Social obtinha uma óptica altamente conservadora, sendo estabelecido como uma profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social

Já na década de 1940 - 1950 o Serviço Social está marcado pelo tecnicismo, psicanálise e pelo funcionalismo. A ênfase do Serviço Social estava no ajustamento e de ajuda psicossocial, conseqüentemente as pessoas que não se “adequavam” ao modelo desenvolvimentista da época eram “ajustados” para o modelo desenvolvimentista implantado. Havia uma enorme fragmentação na categoria profissional por diversas correntes, entre esses existiam os conservadores e revolucionário, um buscava uma modernização conservadora e o outro uma ruptura com o conservadorismo.

Cresce na profissão o questionamento da perspectiva técnico- burocrática. Com a aproximação do fim da ditadura, o debate diante da ética profissional culminando no código de ética em 1986 que trouxe o compromisso com a classe trabalhadora e ruptura com o cooperativismo profissional.

É importante destacar os avanços consolidados na década de 1990 em três dimensões. Na dimensão ético-político, na dimensão teórico-metodológica, com o código de ética de 1993 e na ampliação da teoria marxista. Já na dimensão técnico –

operativo foram conquistados direitos e deveres do Assistente Social consolidados no código de ética de 1993.

2. CONTEXTUALIZANDO A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Serviço Social surge no Brasil demasiadamente interligado com articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais, bem como, pelos setores políticos, social e religioso.

Pellizzer (2008) esclarece esse processo, onde afirma que:

O Serviço Social nascido por influência direta da Igreja Católica, em âmbito de formação, prática e discurso de seus agentes, tinha como suporte filosófico o neotomismo. (...) Os primeiros Assistentes Sociais formados no Brasil em 1936 atuavam na mudança de hábitos das famílias e das pessoas, na perspectiva de melhorar comportamentos, condições de higiene, à moral e à sua inserção na ordem social, Pois sua função enquanto profissão para classe burguesa deve seguir na direção de amenizar conflitos, uma vez que “se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança do comportamento em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos indivíduos (Peliizer, P. 17).

O Serviço Social foi implantado na América Latina justamente nesse período (1925 e 1936) por uma espécie de transplante europeu, mas com vinculações típicas com a estrutura e as formações sociais latino- americanas. Começou com a criação de Escolas de Serviço Social, segundo o modelo europeu, organizadas em torno do binômio trabalho e saúde da mão-de-obra.

Destacava-se nessa época o Serviço Social muito similar com o das escolas européias, com determinações de servir ao sistema existente (capitalismo), no sentido de responder as demandas sociais existentes. O currículo do ensino do Serviço Social predominava disciplinas vinculadas à saúde e com ênfase na legislação social. Predominava a prática com casos, e com tarefas de aconselhamentos e de consolo.

Para Aguiar, Antonio Geraldo (2011):

Para realizar a tarefa que se propõe na ajuda da restauração da ordem social cristã, o Serviço Social não pode ter uma postura neutra na formação dos futuros assistentes sociais. E o serviço social, nessa época, não esconde e nem camufla sua postura, ao contrário, encontra formas pedagógicas ou técnicas de fazer com que a ideologia assumida seja comunicada aos alunos. Para isso, um dos requisitos era de que o corpo docente assumisse a doutrina social católica (...). (Aguiar, P. 47).

É importante destacar que em 1930 o Serviço Social nasce em pleno governo de Getúlio Vargas, governo este que trouxe grandes mudanças ao país, Getúlio Vargas estava implantando no Brasil a industrialização retirando mazelas do passado brasileiro que representava pobreza e atrasos de um enorme país que ainda sobrevivia do setor agrícola.

Segundo Iamamoto (2004) o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que obtinham o apoio da Igreja Católica. O Serviço Social aparece como uma das formas mobilizadoras para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os problemas sociais de militantes, com o objetivo de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, buscando estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalista no proletariado urbano.

A população urbana no Brasil se torna numerosa devido ao grande êxodo rural, ocasionado principalmente pela grave crise de 1929 que trouxe fortes impactos para a economia brasileira que era fortemente sustentada pela produção do café. Os Estados Unidos e países da Europa que estavam “quebrados” pós crise de 1929 e até mesmo pela 1ª Guerra Mundial não puderam mais importar o café brasileiro ocasionando um grande colapso e crise no Brasil.

O atual governo acenava para a industrialização no país, porém, O novo setor trabalhista (a indústria), carecia e muito de mão de obra, mesmo sem a mão de obra necessária, essa área foi um dos instrumentos de propaganda política do novo governo que instituiu o Estado Novo no Brasil (Regime político que possuía semelhanças com o nazi fascismo europeu). Visando atingir esse objetivo disciplinador, o Estado lançou mão de estratégias tanto institucionais, quanto ideológicas, sendo o Serviço Social e o Assistente Social agente de suma importância nesse processo.

Segundo Poliedro (2012) o Estado assumia, também, a bandeira do desenvolvimento econômico. Em crise, a agricultura havia deixado de crescer substancialmente.

Segundo Iamamoto (2004) o Serviço Social emerge como uma forma de educação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não somente curativa, mas preventiva dos problemas sociais. O Serviço Social orienta-se para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classes dos organismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo, denominado de clientela, com o tratamento de cunho doutrinário e moralizador, totalmente exercido pelo senso comum.

Iamamoto (2004) intensifica o pensamento exposto sobre o início do Serviço Social no Brasil. Segundo a autora:

Esse arranjo teórico- doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambigüidade: a ação – que é desencadeada, subjetivando como recusa aos “excessos de diferenciação social”. Como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” - transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientara. Forma-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação, entre a teoria e a prática (Iamamoto, p. 54).

O processo de industrialização e urbanização levou o Estado a pensar em políticas públicas, como forma de desenvolver ações e oferecer benefícios que pudessem diminuir desigualdades estruturais causadas por esse processo.

Uma das conseqüências que afetou a população nesse processo foi a falta de condições mínimas de sobrevivência, o não acesso às necessidades básicas, como: saneamento básico, saúde, educação, habitação, alimentação e dentre outras.

Segundo José Paulo Netto (2010) ratifica este pensamento onde indica que:

Começam a cristalizar-se reivindicações referenciadas a categorias específicas (negros, mulheres, jovens), à ambiência social e natural (a cidade, o equipamento coletivo, a defesa dos ecossistemas), a direitos emergentes (ao lazer, à educação permanente, ao prazer) etc. Nas suas expressões menos conseqüentes, estes movimentos põem em questão a racionalidade do Estado Burguês e suas instituições; nas suas expressões mais radicais, negam a ordem burguesa e o seu estilo de vida. Em qualquer dos casos, recolocam em pauta a ambivalências da cidadania fundada na propriedade e redimensionam a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas (Netto, p.143).

Para Pereira (2002, p.125), as políticas sociais no Brasil podem ser consideradas “[...] um sistema de bem-estar periférico. ” Os serviços sociais implantados no Brasil eram realizados com ações e práticas fragmentadas onde predominava fortemente o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo, traços estes encontrados fortemente no processo de trabalho do Assistente Social.

Um marco importante para a profissão foi em 1947 com a criação do primeiro código de ética do assistente social. Até a reformulação de 1986, os Códigos de ética eram apoiados nos pressupostos do neotomismo e do positivismo, com uma pequena alteração no Código de Ética de 1975, onde instalou o personalismo e manteve as duas vertentes anteriormente citadas.

Alguns pontos no código de ética de 1947 atentam para “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, *tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus*”. Nesse ponto mostra o claro teor cristão implantado no serviço social, chegando a influenciar seu código de ética.

Adentrando o código de ética referenciado, nota-se artigos que recebiam influência neotomista, influência essa ligada à Igreja Católica e ao conservadorismo. Alguns desses artigos contém, por exemplo:

Secção I – Deveres Fundamentais:

Art. 1 Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando- se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.

Nota-se claramente o Serviço Social totalmente conjugado com a Igreja Católica.

Secção II- Deveres para com o beneficiário do Serviço Social

Art. I Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando- se na caridade cristã.

No código de ética encontramos outros trechos como dever do assistente social também a inspiração na teoria cristã e encontra-se que o Serviço Social “trata com *peçoas humanas desajustadas* ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.”

2.1 O Serviço Social frente ao modelo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek

No Serviço Social dá-se início da utilização dos estudos de grupo e de comunidade. Esse método instalado no Brasil viera importado dos Estados Unidos com a adaptação ao momento de industrialização crescente no Brasil. Segundo Iamamoto (2004) o Serviço Social alia-se a este universo e a teoria da filosofia social humanista cristã, como também aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano quanto a métodos utilizados como o estudo de grupos e de comunidades. Mesmo com a utilização de novos métodos, o Serviço Social brasileiro ainda tem nas suas raízes a utilização do reformismo conservador e na base cristã.

O governo de Juscelino Kubitschek foi marcado por uma grande industrialização no país, iniciado por Getúlio Vargas, esse movimento acentuou-se demasiadamente com o governo de JK, principalmente pela chegada das grandes multinacionais ao Brasil.

Segundo Poliedro (2012), o governo de Juscelino Kubitschek falava em recuperar o tempo perdido e levar o Brasil à modernidade industrial. O desenvolvimento continuava na ordem do dia, mas a política de Juscelino, radicalmente diferente de Getúlio, encontrou melhores resultados. O período foi marcado por uma grande expansão industrial aberta aos capitais estrangeiros.

No período posterior a segunda guerra mundial, vivia-se a polarização do mundo em duas superpotências, Estados Unidos VS União soviética. Capitalismo e comunismo disputavam país por país e causavam entraves, conflitos e guerras por almejavam sua supremacia ideológica, onde perduraram por grande período de anos em uma “guerra fria” até o fim da União Soviética em 1991.

Segundo Poliedro (2012) é de importância perceber que se por um lado os blocos de poder sustentavam o domínio das duas potências sobre vastas áreas do mundo, por outro esse domínio era bem diferente do que ocorria no caso das potências da ordem do imperialismo. A submissão política de países como o Japão, a Alemanha e Reino Unido aos Estados Unidos, assim como países do Leste Europeu à União Soviética não era vista como tal, mas sim como uma aliança para garantir o predomínio de um modelo de sociedade no mundo.

No âmbito do Serviço Social, a profissão vestiu-se a ideologia de industrialização do governo de JK, cabia ao assistente social “ajustar” a quem não estava “adaptado” ao governo desenvolvimentista.

Segundo Faleiros (2011), essa correção dos abusos existentes na sociedade baseava-se num empirismo de ensaio e erro, e de tratamento isolado de cada uma das problemáticas. No entanto esse empirismo não se separou de certo formalismo, desenvolvido pela tecnocracia, no sentido de envolvê-lo em técnicas de planificação, controle, administração e computação.

Aliado ao “ajustamento” dos desajustados que acompanhava desde a gênese do Serviço Social no Brasil, o governo de JK fomentou ainda mais nesse quesito com a implantação no plano de metas, este com slogan “crescer cinquenta anos em cinco”. O plano de metas tinha como objetivo acumulação de capital, atrair novos investimentos,

elevar produtividade de investimentos já existentes, e através da industrialização gerar grandes oportunidades de empregos.

Faleiros (2011) aprofunda tal temática, indicando que:

Fazer uma prática profissional consiste portando em trazer uma “ordem” ao mundo “caótico” por um esquema formal com o qual se classificam e ordenam problemas empíricos. Certos manuais de orientação neopositivista insistem justamente na elaboração de questionários, projetos e técnicas de controle. Conhecer a realidade significa, assim, “um esquema” para enquadrá-la e não para transformá-la. (Faleiros p.67)

3. - A década de 1960 e o nascimento do movimento de reconceituação do Serviço Social.

O plano de metas imerge o país em um tempo de intensificação do desenvolvimentista, com o objetivo de modernizar o Brasil, interligado demasiadamente com a indústria de base e de consumo duráveis, por exemplo, as empresas multinacionais de automóveis.

Esse período representou poucas mudanças no Serviço Social, havendo apenas exíguas mutações em relação a sua gênese. Tal roupagem ainda não havia gerado hipertrofia de mudanças no Serviço Social ou de tentativa de ruptura com o conservadorismo.

Ainda em relação a esse período, cabia ao assistente social a “correção” de pessoas não adaptadas ao sistema desenvolvimentista de JK implantado. Segundo Faleiros (2011):

A prática social assim utiliza técnicas aceitas pela sociedade, para que os desviados e marginalizados possam ser reconduzidos a um fim social que a própria sociedade considera útil a ela mesma. Assim é racional o que é útil, o que pode servir à manutenção da ordem estabelecida. O saber busca, especificamente no caso do Serviço Social, meios, mediações, para que se alcancem os objetivos gerais do sistema, pela reintegração dos elementos isolados e desviados (Faleiros.P.65).

O descontentamento com o Serviço Social vigente nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta, pautados na tutela, filantropia, positivismo, gerou um processo de denominado de movimento de reconceituação do Serviço Social, numa tentativa de manutenção do *status quo*.

Para Faleiros (2011), nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como “bombeiros”, chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo.

Segundo Netto (2004) relata que a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem. Este pluralismo, contudo, não esbata o cariz comum às suas vertentes, inédito em face da evolução profissional anterior: nesta, o fundamento instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais.

O movimento de reconceituação tinha em seus seios a criticidade no modelo tradicional desenvolvido e implantado de países da Europa e dos Estados Unidos. Um dos pontos comuns entre a heterogenia de ideais é o questionamento de ordem ideológica. Alguns suportes teóricos para o movimento de reconceituação foram: a concepção liberal, uma concepção desenvolvimentista e uma concepção transformadora.

Ainda que esse movimento fosse contínuo, a ditadura militar cerceou parte deste movimento. Iamamoto (2004) indica que com o movimento de ditadura militar houve isolamento a manifestações de profissionais que aclamavam por uma configuração ao Serviço Social tradicional. Ainda que esses movimentos fossem calados, houve certa resistência de profissionais que buscavam novas bases de legitimidade, a dimensão que assumem é restrita, a elas aparecem como marginais e poucas definidas, devido a variedade de ideais para a reconceituação e pela repressão imposta a esses movimentos.

3.1 A Ditadura Militar no Brasil e seus impactos ao Serviço Social tradicional.

Nos primeiros anos do golpe militar a expectativa era que essa intervenção militar fosse instalada por um tempo breve e que em pouco tempo o sistema

democrático fosse instalado novamente, todavia isto não ocorreu. Os militares continuaram a governar por décadas e o governo de Castelo Branco seria somente o engendramento de uma ditadura militar que ainda traria ainda mais violência, repressão e censura.

O Serviço Social apresentava-se na ditadura de forma que tentasse dar seus primeiros passos para a ruptura com o conservadorismo, mesmo que esse movimento se encontrava enormes de dificuldades e resistência, inclusive alguns assistentes sociais tinham como opinião que o melhor caminho para a profissão seria a reatualização do conservadorismo, negando a ruptura com o conservadorismo. Essa heterogenia de ideias sobre o movimento de reconceituação do Serviço Social fez com que esse período fosse marcado por desencontros de ideias e formasse agrupamentos dentro profissão.

Segundo Yamamoto (2004), essa ideia de atualização da herança conservadora aparece de forma mais destacada no pós golpe militar, esse vertente pregava por mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto da prática profissional diante das novas estratégias e repressão instalada na ditadura militar e buscava atender as demandas do Estado e do grande capital.

Já Krug (2015) indica que se reconhece que o plano de fundo da reconceituação foi, de fato, o período ditatorial militar latino-americano, mesmo que esse período representasse grandes repressão à movimentos que pregavam a não concordância com o regime militar, esse período marcou o Serviço Social devido o mesmo flertar com a linha marxistas, bem como com as correntes mais críticas e esquerdistas da teologia, da filosofia e da psicologia.

3.2 Erosão do governo militar e a maximização do movimento de reconceituação do Serviço Social.

O governo de Geisel representou o declínio da ditadura militar. O fim do milagre econômico já representava uma nova faceta ao Brasil que se via em uma grande crise econômica e uma enorme dívida externa.

Segundo Poliedro (2012) Geisel assumiu falando em uma “abertura lenta, gradual e segura”, uma distensão política, ao mesmo tempo em que elaborava um plano econômico que continha dois objetivos: ampliar a base do sistema industrial,

umentando a produção de insumos básicos; e incentivar a produção de bens de capital para evitar a importação de máquinas.

Gaisel assumiu a retomada do projeto castelista, pois o colapso do milagre econômico tornava difícil a permanência do regime militar por muito tempo.

O último governante da ditadura militar foi João Figueiredo, este apresentava um governo voltado para os procedimentos da não continuação da ditadura militar e de retomada da democracia.

O governo militar chegava ao seu fim e consigo estava instalada uma grande crise econômica, uma alta inflação e movimentos sociais efervescentes por democracia e participação nas tomadas de decisões.

O movimento de reconceituação do Serviço Social atinge seu ápice junto à aproximação do fim da ditadura militar e a reinstalação da democracia. Netto (2004) afirma que neste momento da evolução da perspectiva da intenção de ruptura são discerníveis dois patamares. O primeiro – que, grosseiramente, vai até a abertura dos anos oitenta – se constrói especialmente como uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional; em geral, trata-se de estudos que resgatam o projeto da ruptura em formulações latino-americanas e/ou submetem a discussão propostas modernizadoras.

4. O Serviço Social contemporâneo, sua ruptura com conservadorismo e a implantação do Código de ética de 1993

O declínio da ditadura militar, a instalação da constituição de 1988 e a conciliação de ideias de profissionais Assistentes Sociais marcaram o fim do conservadorismo na profissão.

Segundo Cardoso (2016) a partir dos anos de 1990, vivencia-se um processo de redefinição do vínculo do Serviço Social às lutas das classes subalternas, o qual se intensificou não somente na profissão, como também em todo o país desde a segunda metade da década de 1970, com significativos avanços nos anos 1980. Esse avanço dos anos 1980 expressou-se pela atuação profissional em espaços de formação e organização políticas dos trabalhadores: sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais urbanos e rurais, entre outros. Nesses espaços e nessas décadas, a perspectiva do trabalho profissional do assistente social era de mobilização social e

organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, na construção de novas relações hegemônicas na sociedade, superando a sua condição de dominação político-ideológica e econômica.

Já para Duriguetto; Marro (2016), é incontestável a sintonia dos compromissos éticos e políticos assumidos pelas entidades do Serviço Social brasileiro, nessas últimas décadas, com o movimento de resistência e de lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e pela construção de um projeto societário, igualitário e emancipador.

O Serviço Social, desde sua gênese, encontra-se ligado ao momento histórico vivenciado no país. Cardoso (2016) ratifica este pensamento onde indica que as mudanças qualitativas na profissão não são isoladas do contexto histórico. Elas se relacionam organicamente com o movimento concreto da totalidade a que pertencem, seja na mesma direção da ordem vigente, seja na contramão da direção hegemônica. Essa relação da profissão com o contexto histórico, em qualquer das direções, efetiva-se via movimentos organizativos da categoria profissional, via formação profissional, pela produção acadêmica e pelas práticas interventivas de ruptura com a ordem, ou de manutenção desta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social no Brasil instituiu-se conjuntamente com o governo de Getúlio Vargas que deu os primeiros passos a industrialização no país. Essa política extremamente populista presente em toda América Latina, introduziu a industrialização em seus países, entretanto culminou em exarcebado aumento das expressões da questão social.

Conclui-se que processo de construção da profissão não ocorreu de forma natural, sendo um insumo no suporte ao sistema capitalista nascente no Brasil no período de Getúlio Vargas. Outro determinante nesse processo foi a necessidade da Igreja Católica recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado.

Até o fim do governo de Juscelino Kubstchek o Serviço Social pouco sofreu alterações, década essa voltada ao desenvolvimentismo e o ao capital estrangeiro. Quanto aos Assistentes Sociais, visualiza-se intervenções no âmbito da ajuda

psicossocial e ao ajustamento social, métodos oriundos de influência norte americana, por meio de Mary Richmond.

O movimento de reconceituação do Serviço Social, foi uma recusa ao Serviço Social conservador, originado na década de 1960, tendo sua efervescência nas décadas de 1970 e 1980.

Ainda que a necessidade do movimento de reconceituação do Serviço Social fosse unânime entre os Assistentes Sociais existiam diversas vertentes para o futuro da profissão, culminando em um movimento dilatado, lento e de árdua consolidação.

É vultoso destacar que não existia um pensamento, entre os profissionais, em relação a estarem instalando um movimento de reconceituação, este termo veio à tona mais tarde. Nota-se que em nenhum momento se pensava em um movimento e muito menos se tinha uma pretensão ou plano de compor o que, futuramente, veio a se chamar de movimento de *Reconceituação do Serviço Social*

Silva (1992) afirma que após profundas críticas à influência do positivismo e do funcionalismo no Serviço Social, que gerou um quadro dicotomizado entre teoria e prática, sujeito e objeto, transformando o assistente social em um profissional asséptico de intervenção.

Sobre o projeto de formação profissional, Iamamoto (2014) afirma que uma das exigências que se vislumbra na reconstrução do projeto de formação profissional é estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e de organização.

Os novos rumos da profissão na contemporaneidade necessitam de debates assíduos, devido, principalmente, pela notoriedade da influência da perspectiva pós-moderna apontada por Netto (1991) e do Neoconservadorismo apontado por Santos (2007) no Serviço Social.

A formação em Serviço Social requer uma visão crítica ao sistema neoliberal vigente, aprofundamento de questões inerentes a (re)produção social no sistema capitalista, ampliação de estudos quanto a teoria marxista e a recusa de práticas policialescas e conservadoras, práticas essas, ligadas ao Serviço Social conservador.

É necessário resistir às tendências pós-moderna que assolam o Serviço Social na contemporaneidade, bem como, é vultoso negar com veemência práticas neoconservadoras no Serviço Social.

A história do Serviço Social é relevante para analisarmos correlação a gênese da profissão no Brasil, e entender esse processo como crucial na estruturação do capital no Brasil e suas consequências no aumento das expressões da questão social.

Sendo assim, retornar-se para a direção de uma formação em Serviço Social no âmbito de instituições públicas, de qualidade, presencial e gratuita. É indispensável uma formação com base na teoria Marxista, devido ser esta teoria que transparece as consequências do sistema capitalista e suas principais mazelas.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL . 8662 n. 8662, de 07 de jun. de 1993. Lei de regulamentação. **Assistente Social**. Brasília, p. 01-05, jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 03 set. 2017.

DE AGUIAR MACÊDO, Myrtes . **Reconceituação do Serviço Social - Formulações Diagnósticas** . Sao Paulo: Cortez, 1981.

DE OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína. **Serviço Social no Brasil – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. 1-19 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 12°. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GERALDO DE AGUIAR, Antônio. **Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade - Trabalho e Formação Profissional**. Sao Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos** . São Paulo: Cortez, 2004. v. 7°.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8º edição. ed. Sao Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura Militar e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós 64**. 8º edição. ed. Sao Paulo: Cortez, 2005.

PELLIZAER, Olama Palmira. **História do Serviço Social**. São Paulo: Ulbra, 2008.

POLIEDRO, Sistema de Ensino (Org.). **Geografia**. 1 edição. ed. São José dos Campos: Poliedro, 2012.

POLIEDRO, Sistema de Ensino (Org.). **História**. 1 edição. ed. São José dos Campos: Poliedro, 2012.

SARITA AMARO, Organização et al. (Org.). **Dicionário crítico de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. 1-110 p.

SILVA, Maria de Guadalupe. **Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1982.

Santos, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.